



145

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000505-55.2013.8.17.1240 (0346913-4)

RECORRENTE: BANCO BRADESCO S/A

RECORRIDO: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO EM FACE DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO A APELAÇÃO CÍVEL, INTERPOSTA PELO BANCO DEMANDADO MANTENDO, POR CONSEQUÊNCIA, INTACTA A SENTENÇA DE PISO QUE JULGOU PROCEDENTE EM PARTE O PLEITO AUTURAL FORMULADO NA PEÇA INAUGURAL DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE/INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, AFAS-TANDO A CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS E CONDE-NANDO O BANCO DEMANDADO A DEVOLVER EM DOBRO, AS PARCELAS INDEVIDAMENTE DESCONTADAS NO BE-NEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA, COM JUROS DE 1% AO MÊS E CORREÇÃO MONETÁRIA, DE ACORDO COM A TABELA ENCOGE, CONTADOS DE CADA UM DOS DESCONTOS. RELAÇÃO DE CONSUMO. APLICA-ÇÃO DO CDC. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATO PELA DE-MANDANTE E DESCONTADO NO SEU BENEFÍCIO DO INSS. FRAUDE. DEVER DE INDENIZAR DO BANCO, VISTO QUE NÃ DEMONSTROU TER TOMADO TODAS AS PROVI-DÊNCIAS NECESSÁRIAS A FIM DE EVITÁ-LO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO DEVIDO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 42, PA-RAGRÁFO ÚNICO, DA LEI CONSUMERISTA. RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento** ao Recurso de Agravo, nos termos do voto do Relator.

Recife, de de 2014.

DES. FERNANDO MARTINS -Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

141

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000505-55.2013.8.17.1240 (0346913-4)

RECORRENTE: BANCO BRADESCO S/A

RECORRIDO: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

Relatório

Cuida-se de Recurso de Agravo manejado contra decisão monocrática de fls. 105/108 dos autos que, nos termos do artigo 557, *caput*, do CPC, negou seguimento a Apelação Cível, mantendo, por consequência, intacta a sentença de piso que julgou procedente em parte o pleito autoral formulado na peça inaugural da Ação Declaratória de Nulidade/Inexistência de Relação Contratual c/c Pedido de Repetição do Indébito e Indenização por Danos Morais, afastando a condenação por danos morais e condenando o banco demandado a devolver em dobro, as parcelas indevidamente descontadas no benefício previdenciário da parte autora, com juros de 1% ao mês e correção monetária, de acordo com a TABELA ENCOGE, contados de cada um dos descontos. Estabeleceu ainda que, com o trânsito em julgado, a parte requerida já está previamente cientificada para o pagamento no prazo de 15 dias, contados do trânsito em julgado, sob pena da aplicação de multa de 10%, conforme previsão do art. 475-J, do Código de Processo Civil, sendo desnecessária qualquer intimação posterior. Bem como, condenou o banco demandado, ora recorrente no pagamento das custas e honorários advocatícios, estes últimos fixados nesta oportunidade em R\$ 678,00 por força do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Também condenou o Estado de Pernambuco ao pagamento dos honorários advocatícios que fixou em R\$ 600,00 em favor do advogado Carlos Lincoln Batista Leite, OAB/PE 13.842, nomeado para o ato, nos termos do tópico 47 da tabela de honorários da OAB/PE, em virtude da ausência da advogada da parte autora e também pela inexistência de Defensora Pública nesta Comarca nos dias de quarta-feira.

Nas razões recursais (fls.111/125) a parte recorrente insiste na tese de que houve culpa exclusiva do recorrido, sendo esta "a única responsável por eventuais prejuízos, por não ter zelo na guarda de seus documentos, que foram



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

142

parar na posse de pessoas não idôneas." (fl. 115). Destacou, ainda, que "não cometeu nenhum ato ilícito, abusivo ou motivador de responsabilidade na órbita da responsabilidade civil quanto aos fatos aqui narrados." (fl. 116). Aduziu que o Magistrado *a quo* não atentou para os requisitos autorizadores para o deferimento do pleito da autora/ recorrida quanto a restituição em dobro. E, por fim salientou ser descabido, na hipótese dos autos, a reparação a título de danos morais.

Motivos pelos quais, requer que seja exercido o juízo de retratação por esta relatoria para, reconsiderando a decisão aqui recorrida, conhecer e prover o presente recurso de apelação, reformando a decisão de primeiro grau.

Em face do não exercício do juízo de retratação, ponho o feito em julgamento colegiado.

É o relatório.

VOTO

Em síntese, a ação tem por objetivo a desconstituição de débito com repetição do indébito, bem como, uma indenização por danos morais em favor da demandante em face aos descontos indevidos havidos em seu benefício do INSS decorrentes de empréstimo que a autora alega que não ter contratado junto ao banco demandado/recorrente.

Conforme já asseverado na decisão monocrática prolatada às fls. 105/108 dos autos, aplica-se, ao caso em exame, o Código de Defesa do Consumidor por se tratar de uma relação consumerista.

Dispõe o art. 14 da Lei 8.078/90, que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação de serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

"(...)"

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro".

Portanto, é dever do banco recorrente proceder com o cancelamento

lamento do empréstimo e, conseqüentemente, desconstituir o débito oriundo deste, bem como restituir em dobro os valores descontados indevidamente.

Neste sentido: **REsp n. 1.199.782/PR, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/8/2011, DJe 12/9/2011)**

Ademais, o ônus de provar quem solicitou o empréstimo, era do banco apelante, pois somente ele tinha melhor condição técnica de providenciar referida prova em razão da impossibilidade e hipossuficiência do apelado em produzir prova negativa em seu favor.

Em relação à restituição das parcelas descontadas, agiu acertadamente o Magistrado *a quo* ao condenar o banco demandado/recorrente em restituir de dobro, vez que encontra-se amparado no parágrafo único do artigo 42 da Lei Consumerista, que prevê o direito à repetição do indébito em dobro "ao consumidor cobrado em quantia indevida", não fazendo nenhuma ressalva quanto à origem da cobrança. Vejamos:

"Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável."

Ademais, a instituição recorrente é sim responsável pelo desconto indevido, na medida em que, não demonstrou ter tomado todas as providências possíveis a fim de evitá-lo.

Com tais considerações, voto pelo **não provimento** do presente recurso de agravo, mantendo a decisão combatida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 09 de 09 de 2014.


DES. FERNANDO MARTINS -Relator